CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 4 008/90 - Processo DRE-Norte n° 02-204/90
INTERESSADO Alexandre do Couto e Silva
ASSUNTO Regularização de vida escolar - EEPG "Padre
Conrado Sivila Alsina" - Guarulhos
RELATOR CONSELHEIRO Nacim Walter Chieco
PARECER CEE N° 0904 /90 - APROVADO EM 14/11/90
CONSELHO PLENO

1. Histórico

A Diretora da EEPG "Padre Conrado Sivila Alsina", subordinada à 1ª DE de Guarulhos, solicita, em ofício datado de 20 de março de 1 990 e dirigido ao Delegado de Ensino, a regularização da vida escolar do aluno Alexandre do Couto e Silva, RG 21.145.003, matriculado no 2º termo do Curso de Suplência, em nível de 2º grau, no 2º semestre de 1989, sem a idade mínima legalmente exigida.

Informa a Diretora da escola que: .

- a. a falha foi detectada no início do 1º semestre de 1 990, quando o aluno já cursava o 3º termo, não sendo possível o cancelamento da matrícula "pois seria em prejuízo do aluno";
- b. houve falha administrativa e a Deliberação CEE n° 22/86 não foi aplicada na época devida, em virtude da "escassez de funcionários e desconhecimento da legislação".

Em 14 de maio de 1 990, o Supervisor encarregado de examinar o caso manifesta-se favoravelmente a regularização solicitada. Essa manifestação foi confirmada pela COGSP em 18 de junho de 1 990.

Em 2 de julho de 1 990, o processo chega a este Colegiado por intermédio do Gabinete da Secretaria da Educação.

2 Apreciação

Tratam os autos de matrícula irregular, ocorrida em Curso Supletivo ao nível de 2º grau, sem a idade mínima estabelecida no Adendo ao Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus, na EEPG "Padre Conrado Sivila Alsina" de Guarulhos.

Alexandre do Couto e Silva, nascido aos 12 de março de 1970, matricu-lou-se, no 2º semestre de 1989, no 2º termo do Curso de Suplência ao nível de 2º grau do referido estabelecimento, contando no início das aulas com 19 anos e 4 meses, quando deveria ter 20 anos.

A situação não foi constatada na época devida, conforme preceitua a Deliberação CEE n° 22/86.

O aluno apresentou bom desempenho escolar, tendo sido promovido para o 3º termo. A irregularidade foi detectada somente quando "o aluno já cursava há mais de um mês o 3º termo", segundo informa o Supervisor de Ensino incumbido de analisar o caso.

Trata-se, uma vez mais entre tantos casos análogos vindos a este Conselho, de uma situação de fato em que o aluno não pode ser prejudicado, por falha administrativa, no prosseguimento dos seus estudos.

Cabe destacar, neste caso, dois fatos para análise e reflexão por parte das autoridades escolares envolvidas:

1º) embora a falha tivesse sido detectada tardiamente, quando o foi, o aluno havia cursado apenas um mês do 3º termo no início do ano letivo de 1990; havia possibilidade, portanto, de reconduzi-lo a via regular; por que essa providência não foi tomada?

2º) além da "escassez de funcionários", a direção da Escola justifica-se, alegando "desconhecimento da legislação"; não seria demais lembrar que "ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece"

conforme dispõe a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro em seu artigo 3º; este preceito vale para qualquer cidadão; que dizer então de um servidor público no exercício da sua atividade funcional?

As autoridades preopinantes manifestaram-se favoravelmente a regularização da vida escolar do interessado. Como os casos análogos, este colegiado poderá atender a solicitação.

3 Conclusão

3.1 Convalidam-se a matrícula e os decorrentes atos escolares de Alexandre do Couto e Silva, RG 21.145.003, no 2º termo do Curso de Suplência ao nível de 2º grau, no 2º semestre de 1989, na EEPG "Padre Conrado Sivila Alsina" la. DE. de Guarulhos/DRE-4-Norte.

3.2 Ficam advertidas as autoridades escolares envolvidas, pela inobservância das normas em vigor sobre idade "mínima para matrícula em Curso Supletivo.

São Paulo, Câmara do Ensino do 2º Grau, aos 10 de outubro de 1990

a) CONSELHEIRO Nacim Walter Chieco
Relator

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Estadual de Educação aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "CARLOS PASQUALE", em 14 de Novembro de 1990

a) Consº. João Gualberto de Carvalho Meneses
Presidente